FILIADO À FENAJUFE
SINDJUS DF em Ação
Especial Quintos
Boletim semanal 23/05/2019

TODOS AO STF

O Sindjus-DF reforça a convocatória para que todos os servidores do PJU e MPU compareçam à sessão do STF do dia 30 de maio (quinta-feira), a partir das 14h. É importante a presença da categoria neste momento histórico, reforçando o intenso trabalho conjunto realizado pelo Sindjus-DF e associações pela manutenção dos quintos. Vamos lotar o plenário!

Todos os esforços foram realizados pela manutenção dos quintos, com ampla campanha em defesa da segurança jurídica e da coisa julgada, boletins, faixas, camisetas, porta crachás, acompanhamento de todas as sessões no plenário do STF, bem como visitas a todos os gabinetes para entrega de memoriais e conversa direta com os chefes de gabinete e assessorias. Também foram realizadas várias audiências com os ministros para apresentar os argumentos jurídicos e sensibilizá-los sobre a importância do tema para a nossa categoria.

Sua participação é fundamental para o alcance da vitória!

PRESIDENTE DO SUPREMO SINALIZA QUE JULGAMENTO DOS QUINTOS SERÁ 30/05

HISTÓRICO DA LUTA PELA MANUTENÇÃO DOS QUINTOS

22/05/2019

Representantes do Sindjus-DF e das demais entidades que compõem a Comissão dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU se reuniram com o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, para tratar do processo relativo aos quintos e de outros temas de interesse da categoria. Durante a reunião, o presidente do STF sinalizou que o julgamento dos Embargos de Declaração no RE 638.115 deve mesmo ocorrer no dia 30 de maio de 2019 durante a 19ª sessão extraordinária, conforme o Sindjus-DF havia divulgado em boletim do dia 25 de abril.

A Comissão dos Servidores defendeu a coisa julgada e a segurança jurídica, apresentando argumentos favoráveis à manutenção dos quintos. O ministro ouviu a explanação atentamente. Entre os temas tratados, o coordenador-geral do Sindjus-DF e da Fenajufe, Costa Neto, solicitou ao presidente especial atenção com relação à instalação da Comissão Permanente Interdisciplinar de Carreira, Nível Superior para Técnicos e Polícia Institucional. O ministro Dias Toffoli esclareceu que a análise dessas questões está em andamento e posteriormente tratará sobre os assuntos. Participaram os coordenadores do Sindjus-DF Abdias Trajano, Cledo Vieira, Costa Neto, Ednete Bezerra e Suely Masala.

9/4/2019

O Sindjus-DF e outras entidades que compõem a Comissão dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU se reuniram com o ministro do STF, Gilmar Mendes, relator do processo relativo aos Quintos (RE 638.115), para apresentar argumentos favoráveis à manutenção dos quintos, bem como buscar detalhes sobre quando será pautada a matéria em questão. Na ocasião, Gilmar Mendes informou que conversaria com o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, para que a matéria fosse colocada em pauta entre os meses de maio e junho.

6/2/2019

Depois da solenidade de abertura do Ano Judiciário, o Sindjus-DF e associações integrantes da Comissão do Judiciário e do MPU retomaram o trabalho de articulação junto aos ministros e assessorias do Supremo em defesa da coisa julgada e da segurança jurídica.

20/09/2018

O Sindjus-DF convocou os servidores porque havia probabilidade do STF julgar os Embargos de Declaração no RE 638.115. Com a posse do novo presidente Dias Toffoli, a expectativa era de que os quintos sejam finalmente julgados. No entanto, isso não ocorreu.

JUNHO/2018

O Supremo Tribunal Federal realizava suas últimas sessões plenárias antes do recesso do Judiciário no primeiro semestre e a orientação é a seguinte: limpar a pauta. Representantes do Sindjus-DF e das associações intensificaram os trabalhos no STF, acompanhando as sessões, conversando com assessoriais e ministros, tais como: Marco Aurélio, Celso de Melo e Luís Roberto Barroso.

13/06/2018

Sindjus-DF e Associações se reuniram com assessores dos gabinetes dos ministros Ricardo Lewandowski, Edson Fachin e Gilmar Mendes para tratar dos quintos.

11/06/2018

O Sindjus-DF conquistou uma importante vitória para os servidores do TJDFT que corriam o risco de terem os quintos retirados de sua folha de pagamento após a Presidência do tribunal acatar parecer da AGU neste sentido. Segundo decisão liminar, nos autos do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus-DF, o Ato da Presidência que afastou o direito à incorporação de quintos no TJDFT está suspenso até o julgamento final do presente mandado de segurança ou até o trânsito em julgado do RE 638.115/CE.

11/06/2018

A Comissão do Judiciário e do Ministério Público da União reuniu-se para tratar de ações voltadas aos quintos e de outras temas de interesses dos servidores, aprovando, entre outros temas, mobilização externa e interna no STF em dias de sessões ordinárias e extraordinárias, convocação da categoria para acompanhar as sessões, envio de ofícios solicitando audiências com os ministros do Supremo.

02/06/2018

O Sindjus-DF, por meio de nota pública, esclareceu à categoria que está adotando as medidas pertinentes em relação ao Parecer emitido pela Advocacia Geral da União intitulado “parecer de força executória” o qual opina pela retirada dos quintos dos servidores com fundamento no RE 638.115/CE. Destacou que os pareceres emitidos pela Advocacia Geral da União possuem caráter meramente opinativo, não vinculando os órgãos destinatários, e que os servidores filiados ao Sindjus-DF estão acobertados pela coisa julgada existente no 2005.34.00.012112-9, o qual transitou em julgado no dia 20 de junho de 2013, não podendo um mero parecer, em hipótese alguma, desconstituir a força do instituto da coisa julgada.

21/03/2018

Sindjus-DF e Assejus se reuniram com o presidente do TJDFT, desembargador Mário Machado, para tratar dos quintos e de outros temas de interesse da categoria. O desembargador externou preocupação com o impacto da retirada dos quintos na vida dos servidores, considerou os pleitos justos e ressaltou que a coisa julgada e a segurança jurídica são princípios que deverão ser afirmados no julgamento dos embargos de declaração no Recurso Extraordinário 638.115/CE.

07/03/2018

O Sindjus-DF e Associações trataram dos quintos com o presidente do TRT10, desembargador Pedro Luís Vicentin Foltran.

08/03/2018

Representantes do Sindjus-DF e associações compareceram à sessão ordinária do plenário que poderia julgar os EDRE-638.115. Ao longo desses anos, toda vez em que os quintos estiveram na pauta, o Sindjus-DF e as associações fizeram questão de comparecer e de convocar a categoria para fazer o mesmo.

06/03/2018

Reunidos no escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria, representantes do Sindjus-DF e das associações, juntamente com advogados, traçaram novas estratégias e ações objetivando a manutenção dos quintos. Tais ações foram concentradas no STF (quintos), fortalecendo ainda mais o trabalho conjunto entre sindicato e associações, que está em curso, desde 2017.

07/02/2018

A presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, informou, durante sessão extraordinária do Supremo, que, como há destaques, os embargos declaratórios no RE 638.115 (quintos) serão analisados na sessão ordinária do Supremo do presente dia. O Sindjus-DF, que já estava no Plenário do Supremo acompanhado de advogados, convocou todos os servidores do PJU e MPU à compareceram à sessão. Os quintos acabaram não sendo analisados.

OUTUBRO/2017

O trabalho do Sindjus-DF e das associações em defesa da coisa julgada e da segurança jurídica angariou apoios importantes. Assim como aconteceu com o ex-procurador geral da República Rodrigo Janot, a PGR, Raquel Dodge, encaminhou aos ministros do Supremo, memorial em defesa dos quintos concedidos por meio de decisão transitada em julgado ou por decisão administrativa proferida há mais de cinco anos.

18/10/2017

Seguindo decisão da assembleia geral realizada em 2 de outubro, servidores do Judiciário Federal e do MPU paralisaram seus trabalhos para pressionar o STF a julgar favoravelmente os embargos de declaração referentes aos quintos, respeitando os princípios da coisa julgada e da segurança jurídica. Ainda como parte da agenda de mobilizações, o Sindjus-DF promoveu, nesta tarde, um ato público em frente ao STF. O objetivo da greve de 24 horas e da manifestação foi mostrar aos ministros do Supremo que a categoria está mobilizada pela garantia de um direito já conquistado por meio de decisão transitada em julgado.

16/10/2017

O Sindjus-DF reuniu-se com o diretor-geral do STF, Eduardo Toledo, com o secretário de Gestão de Pessoas, Cícero Rodrigues, e com o assessor parlamentar, Paulo Fernando, para tratar de diversos temas de interesse da categoria, incluindo, os quintos. Eduardo Toledo tranquilizou os servidores ao informar que não há qualquer tipo de movimentação para adoção de medidas administrativas antes da decisão final dos embargos.

13/10/2017

O Sindjus-DF e a Fenajufe se reuniram com o ministro Dias Toffoli para solicitar o seu apoio à manutenção dos quintos. O ministro se comprometeu a analisar o memorial que lhe fora entregue e se posicionar, em seguida, em relação ao tema.

04/10/2017

Sindjus-DF, Fenajufe e Associações se reuniram com o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, obtendo seu apoio na luta em defesa da coisa julgada e da segurança jurídica.

27/09/2017

O ministro Gilmar Mendes acatou manifestações das partes (entre elas, o Sindjus-DF) no RE 638.115, retirando os quintos do Plenário Virtual do STF.

29/08/2017

O Sindjus-DF se reuniu com o diretor-geral do TRF1, Frederico Maia, para tratar dos quintos e demais itens da pauta dos servidores.

30/08/2017

O Sindjus-DF e as associações de servidores do PJU e do MPU se reuniram com a presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, defendendo a manutenção dos quintos.

28/08/2017

O Sindjus-DF e a Fenajufe se reuniram com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, objetivando a sensibilização do ministro no tocante à manutenção do pagamento dos quintos.

AGOSTO/2017

Sindjus e Associações promovem rodada de reuniões setoriais nos locais de trabalho dos servidores em defesa dos quintos e dos 13,23%. Além dos informes gerais e esclarecimentos jurídicos, a categoria teve suas dúvidas dirimidas e propostas anotadas.

AGOSTO/2017

O TCU, em julgamento, acolhendo o voto do ministro Vital do Rêgo, acatou pedido no sentido de manter a incorporação dos quintos na aposentadoria à filiada do Sindjus-DF Maria de Fátima da Costa Dezan.

24/08/2017

O Sindjus e Associações se reuniram com o ministro do STF Ricardo Lewandowski em defesa da manutenção dos quintos.

24/08/2017

Sindjus-DF e Fenajufe se reúnem com o presidente do STM, ministro José Coêlho Ferreira, para tratar de quintos.

23/08/2017

O ministro do STF Celso de Mello deferiu pedido de liminar nº MS 35078, do Sindjus-DF, contra decisão do TCU no Acórdão nº 2531/2017, que negou registro à aposentadoria de quem havia incorporado quintos/décimos no período entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-45/2001. Uma importantíssima vitória com uma liminar favorável ao filiado do sindicato no tocante aos quintos incorporados.

21/08/2017

Sindjus-DF e associações tratam dos quintos com o diretor-geral do TST, Gustavo Caribé.

18/08/2017

Após solicitação do Sindjus-DF, da ASMPF e da ASEMPT, a Procuradoria Geral da República protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), embargos de declaração no processo dos quintos.

18/08/2017

Representantes do Sindjus-DF e das associações de servidores dos tribunais e do MPU (Assejus, Asstj, Anajustra, Asajus, Asdr, Assertse, Astrisutra, Assejufe e Asmpf) acertaram uma série de ações com o objetivo de assegurar junto ao STF o respeito aos princípios constitucionais da coisa julgada, da segurança jurídica e da irredutibilidade de salários, diante da decisão do ministro Gilmar Mendes no julgamento do Recurso Extraordinário 638.115/CE.

17/08/2017

O Sindjus-DF protocolou nesta quinta-feira (17/08) os embargos de declaração, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo efeito suspensivo da decisão, proferida pelo ministro Gilmar Mendes, que cassou o direito dos servidores aos quintos.

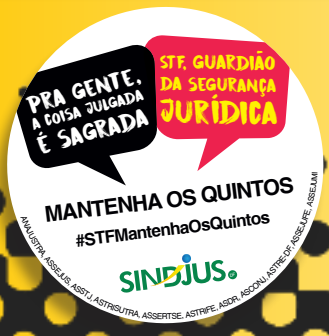
30/06/2017

O STF negou provimento aos embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 638.115/CE, cujo relator é o Ministro Gilmar Mendes. Referida decisão considerou ilegais as incorporações de quintos referentes às funções comissionadas exercidas entre a vigência da Lei nº 9.624/1998 e a da Medida Provisória nº 2.225-45/2001.

Os embargos declaratórios rejeitados foram opostos com o objetivo de excluir do alcance do acórdão:

a) as decisões judiciais transitadas em julgado e também as decisões administrativas fundamentadas em decisões judiciais não mais sujeitas a recursos ou impugnações; e

b) as decisões administrativas proferidas há mais de cinco anos, contadas da data do julgamento do RE 638.115/CE em 19/03/2015, nos termos do artigo 54 da Lei nº 9.784/99.

29/06/2017

Mais uma nova campanha do Sindjus-DF está circulando nos órgãos do Judiciário Federal e do MPU. Desta vez, o tema é a defesa da manutenção dos quintos/décimos/VPNI, em observância ao princípio da coisa julgada e da segurança jurídica.